



O LÍDER DO GOVERNO, Luís Eduardo Magalhães, entre os deputados José Mendonça (à esquerda) e Mendonça Filho, faz o sinal de derrota depois que o Governo perdeu nos pontos que considerava essenciais: decisão adiada

Governo perde na lei eleitoral

Aliança do PMDB com partidos da oposição leva a derrota do Planalto na votação

Denise Rothenburg

BRASÍLIA

Uma aliança do PMDB com os partidos de oposição impôs ontem à noite uma série de derrotas ao Governo e a seus dois principais aliados, o PSDB e o PFL, na votação da lei eleitoral. Em meio à confusão provocada pela aliança na base governista, a votação foi suspensa quando o PSDB e o PPB se declararam em obstrução, para ganhar tempo. O ponto responsável pelo impasse foi a proposta de financiamento público das campanhas. Um cochilo do líder do Governo na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e da base governista permitiu a aprovação do financiamento já em 1998, num sistema misto que prevê também doações de pessoas jurídicas. Derrotar essa proposta era considerado um ponto de honra pelo Palácio do Planalto.

Os tucanos e pefelistas, isolados, não conseguiram reduzir o tempo de campanha de rua, acabar com as coligações em separado nas eleições proporcionais e manter o voto em branco no cálculo do coeficiente eleitoral. As primeiras votações já foram suficientes para deixar desanimados Luís Eduardo e os líderes do PSDB, Aécio Neves (MG), e do PFL, Inocêncio Oliveira (PE).

Governo deve perder também no critério para fixar o tempo na TV

No início da noite, eles já contabilizavam como derrotas praticamente certas o critério para distribuição do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão, que deveria ficar mesmo pela configuração das bancadas na data da posse dos deputados. O artigo que prevê o financiamento público já em 1998, se passar pelo Senado, deverá ser vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Hoje os líderes vão se reunir na Câmara para tentar um acordo que permita continuar com a votação.

— Nós estamos que nem Cristo, o Senado é a última esperança — dizia o primeiro-vice-presidente da Câmara, Hércilio Fortes (PFL-PI).

No caso do financiamento público, o Governo cochilou e ainda tentaria consertar o texto com a apresentação de uma proposta que retirasse o uso de re-

ursos do Orçamento nas eleições de 1998. No meio das subemendas apresentadas pelo relator Carlos Apolinário (PMDB-SP), foi aprovada proposta de sistema misto para 1998: do Orçamento, os partidos deverão receber R\$ 420 milhões, dez vezes o valor do fundo partidário (R\$ 42 milhões). E as doações de pessoas jurídicas ficaram limitadas a R\$ 300 mil por doador. Para 2002, valeria o financiamento público total. Quando os governistas perceberam o erro, foi um tumulto.

— Concordei com o financiamento público para 2002, mas para 98 não dá. Teremos que discutir com a sociedade como fazer isso. Era preciso discutir com a sociedade, fixar reformas do sistema partidário — disse Luís Eduardo.

— Se não conseguirmos derrotar esse texto no plenário, o presidente não terá outra saída senão vetar os dispositivos que prevêem o uso de dinheiro público para as eleições do ano que vem — disse Inocêncio, inconformado.

— Acolhi porque achei que havia

acordo entre os partidos — explicou o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP).

Inocêncio não era o único. O deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC) considerou absurdo o sistema misto. Irônico, classificou o texto como a maior contribuição das oposições para acabar com o desemprego no país:

— Está resolvido. Cada cidadão reúne três ou quatro pessoas, monta um partido e ganha dinheiro público sem precisar fazer esforço — dizia.

— Vou virar candidato profissional. Toda eleição serei candidato a presidente — completava o líder do PTB, Paulo Heslander (MG).

Isolados, pefelistas e tucanos chegaram até a retirar algumas propostas ao perceberem que a derrota era clara. Retiraram, por exemplo, as emendas que previam o fim das coligações proporcionais e a inclusão do voto em branco no cálculo do coeficiente eleitoral. Tentaram no voto derrotar a proposta que fixava o prazo de 10 a 30 de junho para as convenções partidárias que deverão escolher os candidatos. Obtiveram apenas 197 votos a favor enquanto PMDB e oposições fizeram 259, contra duas abstenções. Com isso, o Palácio do Planalto não conseguirá encurtar a campanha.

Em caso de eleição, cada um pensa em si na hora de decidir

As votações deixaram explícito que, quando o assunto é eleição, cada um pensa no seu próprio quintal. O deputado Sarney Filho (PFL-MA), que tem a irmã Roseana governadora do Maranhão e o pai, senador José Sarney (PMDB-AP), como possível adversário de Fernando Henrique, apoiou, por exemplo, o financiamento público. E tem uma razão para isso: com o seu pai candidato a presidente, ele já teria de antemão os recursos garantidos para a campanha, já que a maioria do empresariado apostará mesmo em Fernando Henrique, o favorito pelo quadro atual. O PMDB, que tem um pé no Governo e outro na candidatura própria, optou por uma lei que favoreça seus projetos partidários, independentemente de Fernando Henrique.

Os pefelistas e Luís Eduardo estavam irados com o PMDB, que, durante toda a sessão se mantinha fiel às propostas das oposições. No caso do tempo de campanha na TV, um dispositivo que ainda iria a votação aumentava o prazo de 45 para 60 dias. Luís Eduardo ficou tão furioso que chegou a botar o dedo em riste no rosto do líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), seu amigo:

— Você fecha um acordo conosco e depois rompe. Isso não é direito — esbravejava.

— Estou defendendo uma lei para o país e pontos para o meu partido — respondeu Geddel. ■